



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de conectividade corporativa, compreendendo: fornecimento de internet dedicada, transporte de dados via fibra óptica para interligação dos órgãos públicos municipais e fornecimento e gestão de solução de telefonia fixa IP, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal e das demais Secretarias, departamentos e unidades administrativas municipais, garantindo disponibilidade, continuidade, segurança e desempenho adequado das comunicações de dados e voz da Administração Pública Municipal, conforme especificações abaixo:

2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Descrição	Qtda	Und	V. Unit.	V. Total
1	<p>Prestação de Serviços de Provedor de Acesso à Rede de Dados para fornecimento de Internet Banda Larga via Fibra Óptica na área urbana do Município, com velocidade de 5 (cinco) GIGA de link dedicado, com no mínimo uma classe /26 de IPV4 válidos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra e demais Secretarias, Escolas e outros setores da administração municipal, incluindo praça municipal, lago municipal e demais locais de interesse da administração.</p> <p>*A contratada deverá fornecer a título de comodato e dar manutenção e instalar todos os equipamentos necessário para a conexão de internet nos espaços públicos sem custo adicional.</p> <p>*O Provedor deverá disponibilizar 01 técnicos capacitados em horário de expediente para manutenções nos pontos de internet, devendo o mesmo apresentar laudo ou documento equivalente que comprove que a internet está em perfeito funcionamento até a entrada do equipamento na sede do órgão público.</p>	12	mês	6.823,22	81.878,64



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

2	<p>Prestação de Serviços de Provedor de Acesso à Rede de Dados para fornecimento de Internet Banda Larga via Fibra Óptica ou Via Rádio com velocidade de 2 (cinco) GIGA de link dedicado nas comunidades do interior do Município de Salto do Lontra, em locais a serem determinados, como escolas, postos de saúde, associações, clubes de mães e demais locais de interesse da administração.</p> <p>*A contratada deverá fornecer a título de comodato e dar manutenção e instalar todos os equipamentos necessário para a conexão de internet nos espaços públicos sem custo adicional.</p> <p>*O Provedor deverá disponibilizar 01 técnicos capacitados em horário de expediente para manutenções nos pontos de internet, devendo o mesmo apresentar laudo ou documento equivalente que comprove que a internet está em perfeito funcionamento até a entrada do equipamento na sede do órgão público.</p>	12	mês	2.966,37	35.596,44
3	<p>Prestação de serviço de conexão via fibra óptica de 25 pontos de acesso para instalação de câmeras de monitoramento do Município de Salto do Lontra, interligadas a uma central de monitoramento, nos locais determinados pelo órgão municipal competente.</p> <p>*A contratada deverá fornecer a título de comodato e dar manutenção e instalar, a todos os equipamentos necessário para a conexão de internet nos espaços públicos sem custo adicional.</p> <p>*O Provedor deverá disponibilizar 01 técnicos capacitados em horário de expediente para manutenções nos pontos de conexão de câmeras, devendo o mesmo apresentar laudo ou documento equivalente que comprove que a conexão das câmeras com a central de monitoramento está em perfeito funcionamento até a entrada do equipamento na sede de monitoramento.</p>	12	mês	3.097,52	37.170,24
4	<p>Prestação de Serviço de telefonia fixa com fornecimento de solução completa de telefonia IP,</p>	12	mês	7.221,18	86.654,16

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

<p>atendimento a todos os setores e manutenção dos números atuais por portabilidade. Fornecimento de PABX IP em locação, com ramais, URA, gravação de chamadas e filas de atendimento, sendo: 1 com 14 ramais, 1 com 10 ramais e 1 com 6 ramais. Fornecimento em comodato de 60 aparelhos telefônicos sem fio, com manutenção e substituição inclusas. Licença STFC válida.</p> <p>O plano ofertado deverá contemplar, no mínimo, as seguintes coberturas e franquias de chamadas, todas sem bloqueios e com tarifação já inclusa no valor contratado:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ligações fixo-fixo locais (terminal): ilimitadas;• Ligações fixo-móvel VC1 (local): ilimitadas;• Ligações fixo-fixo intra-regionais: ilimitadas;• Ligações fixo-móvel intra-regionais VC2: ilimitadas;• Ligações fixo-móvel inter-regionais VC3: ilimitadas;• Ligações fixo-fixo inter-regionais: ilimitadas; <p>A solução deverá garantir qualidade, estabilidade e disponibilidade dos serviços de voz, incluindo suporte técnico e manutenção durante toda a vigência contratual.</p>				
--	--	--	--	--

2.1. A contratada deverá fornecer, em regime de comodato, instalar, configurar e realizar a manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos, materiais e infraestrutura necessários ao pleno funcionamento da conexão de internet nos espaços públicos atendidos, sem qualquer custo adicional para a contratante. Entende-se como obrigação da contratada garantir o funcionamento integral do serviço até o roteador principal do ponto de atendimento, incluindo fornecimento de cabeamento, equipamentos, acessórios, materiais de instalação e toda a mão de obra necessária, os quais serão de inteira responsabilidade da contratada.

2.2. Caso a empresa vencedora da licitação seja distinta da atual contratada, deverá realizar a instalação e ativação dos serviços nos prazos máximos e improrrogáveis de até 07 (sete) dias corridos para o Paço Municipal e demais unidades localizadas na área urbana, e de até 15 (quinze) dias corridos para os pontos localizados na área rural, contados a partir da solicitação formal da contratante ou da emissão da ordem de serviço.

2.3. Não será aplicada exclusividade de participação para microempresas e

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



empresas de pequeno porte na presente contratação, nos termos do art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

A não aplicação do tratamento exclusivo previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 justifica-se em razão das características técnicas e operacionais do objeto contratado, bem como das conclusões obtidas no levantamento de mercado realizado no Estudo Técnico Preliminar.

Verificou-se que os serviços objeto da contratação envolvem infraestrutura especializada de telecomunicações, incluindo fornecimento de link dedicado de alta capacidade, transporte de dados via fibra óptica com redundância, gerenciamento contínuo de rede corporativa, monitoramento 24x7, suporte técnico especializado e prestação de serviços de telefonia IP corporativa, exigindo capacidade técnica, operacional e estrutura compatíveis com a complexidade e criticidade dos serviços.

A pesquisa de mercado demonstrou que a execução integral dos serviços com os requisitos técnicos estabelecidos é predominantemente realizada por empresas de médio e grande porte do setor de telecomunicações, detentoras de infraestrutura própria, capacidade operacional especializada e rede técnica compatível com os níveis de disponibilidade e continuidade exigidos pela Administração Pública.

Além disso, a aplicação de exclusividade poderia comprometer a competitividade e restringir indevidamente a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, diante da limitação de fornecedores de pequeno porte aptos a atender integralmente às exigências técnicas e operacionais do objeto.

Dessa forma, considerando a natureza técnica e estratégica dos serviços, bem como a necessidade de garantir continuidade, estabilidade e segurança da infraestrutura de comunicação da Administração Pública Municipal, conclui-se pela inaplicabilidade da exclusividade prevista na Lei Complementar nº 123/2006, em observância aos princípios da eficiência, competitividade e interesse público.

2.4. Trata-se de serviço comum, de natureza continuada, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Os serviços objeto da presente contratação possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, sendo usualmente ofertados no mercado por diversas empresas especializadas do ramo de telecomunicações e tecnologia da informação, enquadrando-se, portanto, como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

A contratação possui natureza continuada, uma vez que os serviços de conectividade, transporte de dados e telefonia corporativa são indispensáveis ao funcionamento permanente das atividades administrativas e operacionais da Administração Pública Municipal, sendo sua interrupção capaz de comprometer diretamente a continuidade dos serviços públicos, o funcionamento dos sistemas institucionais, a comunicação entre os órgãos municipais e o atendimento à população.



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

Dessa forma, a contratação será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, adotando-se como critério de julgamento o menor preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades cuja execução indireta é vedada.

2.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.7 A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Unitário*;

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como serviço(s) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo inicial de execução dos serviços oriundos deste processo licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato e emissão da ordem de serviços, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, desde que demonstrada a vantagem para a Administração Pública.

4.2. O prazo inicial de vigência do contrato oriundo deste processo licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, observados os limites e condições previstos no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, seja demonstrada a manutenção da vantagem para a Administração, existam créditos orçamentários disponíveis e sejam mantidas as condições de habilitação da contratada.

4.3. A prorrogação contratual fica condicionada à avaliação satisfatória da execução dos serviços, ao interesse da Administração Pública e à comprovação de que os preços e condições contratadas permanecem mais vantajosos para o Município.

5. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação tem por finalidade garantir a continuidade, estabilidade, segurança e eficiência dos serviços de comunicação de dados e telefonia utilizados pela Administração Pública Municipal, compreendendo o fornecimento de conectividade à internet dedicada, transporte de dados via fibra óptica entre os órgãos públicos municipais e disponibilização de solução completa de telefonia fixa IP.

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

Os serviços objeto da contratação são indispensáveis ao funcionamento regular das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pela Prefeitura Municipal, Secretarias, departamentos, unidades de saúde, escolas e demais órgãos vinculados à Administração Pública Municipal, considerando que grande parte das atividades institucionais depende diretamente de acesso contínuo e estável à internet e aos sistemas de comunicação corporativa.

A necessidade da contratação decorre da crescente demanda por conectividade de alta disponibilidade e desempenho, em razão da utilização intensiva de sistemas informatizados, plataformas governamentais estaduais e federais, sistemas em nuvem, processos administrativos eletrônicos, serviços digitais ao cidadão, videoconferências, monitoramento eletrônico, compartilhamento de dados entre unidades administrativas e demais aplicações essenciais ao funcionamento da Administração Municipal.

A contratação de link dedicado de internet com banda simétrica e dedicada justifica-se pela necessidade de assegurar estabilidade operacional, garantia de banda e desempenho compatível com o volume de tráfego de dados utilizado pelos órgãos municipais, reduzindo riscos de lentidão, indisponibilidade e interrupções que possam comprometer a continuidade dos serviços públicos.

O serviço de transporte de dados via fibra óptica visa promover a interligação segura e contínua entre os órgãos públicos municipais e os pontos vinculados ao sistema de monitoramento municipal, permitindo integração da rede corporativa, comunicação eficiente entre unidades administrativas e maior confiabilidade na transmissão de dados institucionais.

A exigência de infraestrutura própria para operação da rede possui fundamento técnico na necessidade de garantir maior controle operacional, agilidade nas manutenções preventivas e corretivas e redução do tempo de indisponibilidade dos serviços essenciais da Administração Pública, evitando dependência operacional de terceiros para realização de intervenções técnicas críticas.

A previsão de redundância da infraestrutura e de rotas distintas de comunicação objetiva assegurar continuidade operacional dos serviços em caso de falhas técnicas, rompimentos físicos da rede ou indisponibilidade de enlaces principais, especialmente considerando a criticidade dos serviços públicos atendidos pela infraestrutura contratada.

Quanto aos serviços de telefonia IP, a contratação visa modernizar e padronizar a comunicação institucional da Administração Pública Municipal, permitindo gerenciamento centralizado da telefonia corporativa, manutenção da numeração existente mediante portabilidade e disponibilização de funcionalidades essenciais à rotina administrativa, tais como ramais, URA, gravação de chamadas e filas de atendimento.

As quantidades estimadas foram definidas com base nas necessidades operacionais atuais da Administração Municipal, considerando a estrutura existente dos órgãos públicos municipais, o volume de tráfego de dados utilizado, a quantidade de unidades administrativas atendidas, os pontos necessários para monitoramento eletrônico e a demanda atual de serviços de telefonia corporativa utilizados pelos diversos setores da Administração Pública.

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



A fundamentação técnica da contratação, bem como os estudos relativos à definição da solução escolhida, levantamento de mercado, justificativa das quantidades e viabilidade da contratação encontram-se detalhados no Estudo Técnico Preliminar elaborado para o presente processo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. SUSTENTABILIDADE

A contratada deverá observar, no que couber, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental durante toda a execução contratual, em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

Deverão ser adotadas medidas voltadas à redução de impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, especialmente quanto ao uso racional de recursos tecnológicos, descarte adequado de materiais e equipamentos eventualmente substituídos e correta destinação ambiental de resíduos eletrônicos gerados durante a execução contratual.

Os equipamentos fornecidos em comodato, locação ou substituição deverão, sempre que possível, possuir eficiência energética compatível com os padrões praticados pelo mercado e atender às normas técnicas aplicáveis.

A contratada deverá responsabilizar-se pela destinação ambientalmente adequada de equipamentos, componentes eletrônicos, cabos, baterias, embalagens e demais resíduos eventualmente gerados em decorrência das atividades de instalação, manutenção, substituição ou desativação dos serviços contratados, observando a legislação ambiental aplicável e, quando cabível, os princípios da logística reversa.

Sempre que aplicável, a contratada deverá adotar procedimentos que minimizem desperdícios de materiais e reduzam impactos ambientais decorrentes das atividades de manutenção e operação da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços.

A utilização de documentação digital, ordens de serviço eletrônicas, relatórios digitais e demais procedimento eletrônico deverá ser priorizado, visando redução do consumo de papel e maior eficiência administrativa na gestão contratual.

7.2. SUBCONTRATAÇÃO

7.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando a natureza técnica e estratégica dos serviços objeto da contratação, especialmente quanto à necessidade de gerenciamento integral da infraestrutura de comunicação, controle



operacional da rede, segurança da informação, continuidade dos serviços públicos essenciais e cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos pela Administração.

7.2.2. A vedação à subcontratação justifica-se pela necessidade de garantir que a execução dos serviços seja realizada diretamente pela empresa contratada, especialmente quanto à operação da infraestrutura de transporte de dados, suporte técnico, manutenção corretiva e preventiva e atendimento das ocorrências críticas, evitando dependência operacional de terceiros que possa comprometer a agilidade no atendimento, a estabilidade da rede e a continuidade dos serviços utilizados pela Administração Pública Municipal.

7.2.3. A execução direta dos serviços pela contratada visa assegurar maior controle operacional, padronização técnica, responsabilização contratual e eficiência na prestação dos serviços, considerando a criticidade da infraestrutura de comunicação utilizada pelos órgãos públicos municipais.

7.3. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

7.4 REQUISITOS DO FORNECEDOR

7.4.1. Conforme previsto nos Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem os seguintes critérios técnicos e operacionais mínimos:

7.4.1.1. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executa ou executou serviços compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto da contratação, especialmente quanto à prestação de serviços de internet dedicada, transporte de dados via fibra óptica e solução de telefonia IP corporativa.

7.4.1.2. Comprovação de disponibilidade de equipe técnica qualificada para execução, operação, manutenção e suporte dos serviços contratados, compatível com a complexidade técnica do objeto.

7.4.1.3. Comprovação de autorização ou licença válida expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para prestação dos serviços compatíveis com o objeto contratado, incluindo Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), quando aplicável.

7.4.1.4. Comprovação de capacidade operacional para atendimento em regime contínuo, inclusive suporte técnico e monitoramento da infraestrutura em regime 24x7.

7.4.2. A contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional para fornecimento de link dedicado de internet, gerenciamento de rede corporativa, operação de infraestrutura de transporte de dados em fibra óptica, implantação de redundância de enlaces, suporte técnico especializado e gerenciamento de solução de telefonia IP corporativa.



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

7.4.3. A contratada deverá garantir continuidade operacional durante eventual processo de implantação, migração ou transição dos serviços, especialmente quanto à portabilidade da telefonia e ativação dos serviços de conectividade, devendo executar os procedimentos necessários de forma gradual e planejada, minimizando riscos de interrupção dos serviços utilizados pela Administração Pública Municipal.

7.4.4. A solução ofertada deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos:

Solução	Requisito Mínimo
Conectividade de internet	Link dedicado, banda simétrica, disponibilidade mínima de 99,5%
Transporte de dados	Rede em fibra óptica com redundância e gerenciamento integral
Continuidade operacional	Link redundante com rota distinta e comutação automática
Segurança da rede	Monitoramento contínuo e proteção contra incidentes
Telefonia IP	PABX IP, portabilidade, URA, gravação de chamadas e filas de atendimento
Suporte técnico	Atendimento 24x7 com cumprimento dos níveis mínimos de SLA

7.4.5. Os deslocamentos necessários para instalação, manutenção preventiva, manutenção corretiva, suporte técnico e demais atendimentos operacionais correrão integralmente por conta da contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública Municipal.

7.4.6. Não haverá pagamento adicional de hospedagem, alimentação, transporte ou quaisquer despesas operacionais relacionadas à execução dos serviços, devendo tais custos estar contemplados na proposta comercial apresentada pela contratada.

7.4.7. A empresa adjudicatária deverá apresentar declaração de que possui pleno conhecimento das condições necessárias para execução dos serviços, das características da infraestrutura existente, das exigências operacionais da Administração Pública Municipal e das condições técnicas necessárias ao cumprimento integral do objeto contratado.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução dos serviços objeto da contratação ocorrerá de forma contínua, integrada e conforme as necessidades operacionais da Administração Pública Municipal, abrangendo a implantação, operação, monitoramento, manutenção e suporte técnico dos serviços de conectividade, transporte de dados e telefonia IP.

8.1.1. A contratada deverá realizar a implantação e disponibilização dos serviços de conectividade de internet dedicada, incluindo instalação, configuração, ativação e testes dos enlaces de comunicação necessários ao atendimento da sede da Prefeitura Municipal e demais unidades administrativas contempladas no objeto da contratação, conforme estimativa de equipamentos conectados abaixo relacionada:

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

- 1 - Centro da Cidade: Paço Municipal com cerca de 50 computadores.
- 2 - Centro de Odontologia: 3 computadores
- 3 - Centro de Saúde: 50 computadores
- 4 - APMI e anexos: 20 computadores
- 5 - Biblioteca: 10 computadores
- 6 - Departamento de Agricultura: 20 computadores
- 7 - Secretária de Educação: 20 computadores
- 8 - Escola Municipal Antonio Peron: 40 computadores
- 9 - Escola Municipal Bairro Olaria: 40 computadores
- 10 - Escola do Bairro Itaipu: 40 computadores
- 11 - CRAS - 10 computadores
- 12 - Clínica da Mulher: 10 computadores
- 13 - Creche do Bairro Itaipu: 05 computadores
- 14 - Creche do Bairro Olaria: 05 computadores
- 15 - Creche do Bairro Cooperativa: 05 computadores
- 16 - Posto de Saúde Bairro Itaipu: 10 computadores
- 17 - Departamento Rodoviário: 05 computadores
- 18 - Bombeiro Comunitários: 05 computadores
- 19 - Linha Pinhal da Varzea - 10 computadores
- 20 - Linha Sede da Luz - 10 computadores
- 21 - Linha Nosso Senhor do Bom Fim - 10 computadores
- 22 - Linha Barra do Lontra - 10 computadores
- 23 - Linha São Jorge - 10 computadores
- 24 - Linha São Sebastião - 10 computadores
- 25 - Linha Boeira - 10 computadores
- 26 - Praça Municipal "acesso livre para a população"
- 27 - Lago Municipal "acesso livre para a população"
- 28 - Hospital Municipal: 20 computadores

8.1.1.1. Para os pontos descritos nos itens 26 e 27, destinados ao acesso público gratuito à internet, não é possível estimar previamente a quantidade de acessos simultâneos, em razão da livre utilização pela população do Município de Salto do Lontra. A Administração Municipal poderá, a seu critério, estabelecer limites de velocidade, controle de banda, autenticação de usuários ou demais políticas de gerenciamento de acesso para garantir a estabilidade e qualidade do serviço.

8.1.1.2. Em atendimento ao interesse público e às necessidades da Administração Municipal, durante a vigência contratual poderão ser alterados os locais de instalação, bem como ampliada ou reduzida a quantidade de pontos de acesso, equipamentos conectados e unidades atendidas. A contratada deverá realizar as adequações necessárias, incluindo instalação, remanejamento, configuração e ativação dos serviços, sem ônus adicional para o Município, desde que mantido o equilíbrio quantitativo e a natureza do objeto contratado.

8.1.2. A contratada deverá implantar e manter rede de transporte de dados via fibra óptica para interligação dos órgãos públicos municipais e pontos vinculados ao sistema de monitoramento municipal, garantindo funcionamento contínuo, estabilidade operacional e gerenciamento integral da infraestrutura.

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

8.1.3. A infraestrutura de comunicação deverá possuir redundância operacional, com utilização de rotas distintas ou tecnologia equivalente que permita comutação automática em caso de falha do enlace principal, visando assegurar continuidade dos serviços essenciais da Administração Pública Municipal.

8.1.4. A contratada deverá realizar monitoramento contínuo da infraestrutura e dos serviços em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, promovendo atuação preventiva e corretiva sempre que identificadas falhas, degradações ou riscos à continuidade operacional dos serviços.

8.1.5. Os atendimentos técnicos deverão observar os níveis mínimos de serviço estabelecidos pela Administração, especialmente quanto aos prazos máximos de atendimento e resolução de incidentes críticos.

8.1.6. A contratada deverá fornecer solução completa de telefonia IP corporativa, incluindo implantação, configuração, gerenciamento e manutenção dos serviços de telefonia, contemplando portabilidade numérica, fornecimento de PABX IP, ramais, URA, gravação de chamadas, filas de atendimento e demais funcionalidades previstas neste Termo de Referência.

8.1.7. A contratada deverá fornecer os equipamentos necessários à execução dos serviços contratados, incluindo aparelhos telefônicos, equipamentos de comunicação, roteadores, conversores, equipamentos ópticos e demais dispositivos indispensáveis ao funcionamento da solução, responsabilizando-se integralmente por manutenção, substituição e atualização tecnológica quando necessária.

8.1.8. Todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias ao pleno funcionamento dos serviços deverão ser realizadas pela contratada sem ônus adicional para a Administração Pública Municipal.

8.2. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviços pela Administração Pública Municipal, observando-se os prazos de implantação definidos no instrumento contratual.

8.3. Para perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, infraestrutura, ferramentas, softwares, mão de obra técnica especializada e demais recursos necessários à completa execução do objeto contratado, responsabilizando-se integralmente pelo funcionamento da solução.

8.3.1. Deverão ser disponibilizados todos os equipamentos necessários para fornecimento dos serviços de conectividade e transporte de dados, incluindo equipamentos de rede, equipamentos ópticos, roteadores, switches, conversores e demais dispositivos necessários ao funcionamento da infraestrutura.

8.3.2. Deverão ser fornecidos os equipamentos necessários à operação da solução de telefonia IP, incluindo aparelhos telefônicos IP com fio e sem fio, equipamentos de PABX IP e demais dispositivos necessários ao funcionamento da solução contratada.

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



8.3.3. A contratada deverá promover substituição imediata dos equipamentos defeituosos, danificados ou que apresentem falhas de funcionamento, garantindo continuidade operacional dos serviços.

8.3.4. Todos os equipamentos e materiais utilizados deverão atender às normas técnicas e regulamentações aplicáveis, bem como possuir compatibilidade com a infraestrutura tecnológica utilizada pela Administração Pública Municipal.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

9.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Contratante.

9.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao fiscal do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade tributária perante as Fazendas; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município.

9.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

- 9.11** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 9.12** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.13** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 9.14** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações contratadas.
- 9.15** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.16** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.17** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando o contratado houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 9.18** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.19** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos na legislação.
- 9.20** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 9.21** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 9.22** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, assim como instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.23** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não podendo onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e edificações, sendo que inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 9.24** Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11. GESTÃO DO CONTRATO

- I - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- II - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- III - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- IV - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- V - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- VI - O contratado não está obrigado a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

11.1 DA FISCALIZAÇÃO

11.1.1 O fiscal do contrato será Cleimar Moravski, conforme portaria de nomeação: 1009 de 25 de junho de 2025.

11.1.2 O fiscal terá as seguintes atribuições:

- I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- IV - demais funções previstas na regulamentação municipal.

11.1.3 O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto do contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.1.4 O contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

11.1.5 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

11.1.6 O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.1.7 Caso o fiscal do contrato verifique que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº. 14.133, de 2021.

11.1.8 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.1.9 O fiscal do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

11.1.10 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- a) acompanhamento contínuo da disponibilidade e estabilidade dos serviços de conectividade, transporte de dados e telefonia IP;
- b) verificação do cumprimento dos níveis mínimos de serviço (SLA), especialmente quanto aos prazos de atendimento e resolução de incidentes;
- c) fiscalização da qualidade técnica dos serviços prestados e do desempenho da infraestrutura disponibilizada pela contratada;
- d) acompanhamento dos registros de indisponibilidade, falhas, interrupções e ocorrências técnicas relacionadas aos serviços contratados;
- e) conferência da execução das manutenções preventivas e corretivas realizadas pela contratada;
- f) verificação do funcionamento dos mecanismos de redundância e continuidade operacional previstos contratualmente;
- g) acompanhamento do monitoramento proativo da rede e da atuação preventiva da contratada em situações de falhas ou degradação dos serviços;
- h) fiscalização da correta prestação dos serviços de telefonia IP, incluindo funcionamento dos ramais, URA, gravação de chamadas, filas de atendimento e portabilidade dos números institucionais;

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



i) verificação da substituição de equipamentos defeituosos ou inadequados ao funcionamento da solução contratada;

j) conferência dos relatórios técnicos, registros de chamados, indicadores de desempenho e demais documentos relacionados à execução contratual;

k) comunicação formal à contratada sobre falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais eventualmente identificados durante a execução dos serviços;

l) adoção das medidas administrativas necessárias em caso de descumprimento contratual, inclusive aplicação das sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente e do contrato administrativo.

11.1.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

11.2. GESTOR DO CONTRATO

11.2.1 O gestor do contrato será Tarcisio da Rosa, conforme portaria de nomeação: 1009 de 25 de junho de 2025.

11.2.2. O gestor terá as seguintes atribuições:

- I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - demais funções previstas na regulamentação municipal.

12. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. DO RECEBIMENTO

12.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.1.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) efetiva disponibilização e funcionamento dos serviços contratados durante o período de referência;



- b) cumprimento dos níveis mínimos de disponibilidade dos serviços previstos contratualmente;
- c) atendimento dos prazos estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço (SLA), especialmente quanto ao tempo de atendimento e resolução de incidentes;
- d) funcionamento adequado dos serviços de conectividade, transporte de dados e telefonia IP, sem interrupções injustificadas ou degradação significativa da qualidade dos serviços;
- e) regular execução das atividades de monitoramento, manutenção preventiva e manutenção corretiva da infraestrutura contratada;
- f) disponibilidade e funcionamento dos mecanismos de redundância e contingência previstos contratualmente;
- g) fornecimento, manutenção e substituição adequada dos equipamentos necessários à execução dos serviços;
- h) apresentação dos relatórios técnicos, registros de chamados, indicadores de disponibilidade e demais documentos eventualmente exigidos pela fiscalização contratual;
- i) inexistência de pendências técnicas graves ou falhas não solucionadas dentro dos prazos contratuais estabelecidos;
- j) atendimento satisfatório das solicitações técnicas encaminhadas pela Administração Pública Municipal;
- k) cumprimento das demais obrigações contratuais assumidas pela contratada.

12.1.2.1. O descumprimento dos níveis mínimos de serviço, indisponibilidades recorrentes, atrasos injustificados no atendimento técnico ou falhas na execução contratual poderão ensejar aplicação de glosas, penalidades contratuais e demais medidas administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O serviço será recebido provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, operacionais e funcionais previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

O recebimento provisório consistirá na verificação preliminar da correta implantação, funcionamento e disponibilidade dos serviços contratados, incluindo testes de conectividade, estabilidade da rede, funcionamento da telefonia IP, operacionalidade dos mecanismos de redundância e demais requisitos técnicos exigidos pela Administração Pública Municipal.



O recebimento provisório não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços prestados, nem impede a Administração de exigir correções, ajustes ou substituições necessárias caso sejam constatadas falhas, inconsistências ou inadequações durante a execução contratual.

12.1.4 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

Os serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do Decreto Regulamentador.

12.1.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no contrato e na proposta apresentada pela contratada, devendo as irregularidades ser corrigidas, ajustadas ou adequadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração Pública Municipal, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais e legais cabíveis.

Nos casos de falhas críticas que comprometam a continuidade dos serviços essenciais da Administração Pública Municipal, a contratada deverá adotar providências imediatas para restabelecimento dos serviços, observando os prazos máximos previstos no Acordo de Nível de Serviço (SLA).

12.1.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata.

12.2. LIQUIDAÇÃO

12.2.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Salto do Lontra/PR constando número da licitação, e descrição dos serviços prestados.

12.2.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, observadas as disposições do Termo de Referência, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Regulamentador.

12.2.3. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no serviço efetuado ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.4. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.

12.2.5. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da nota apresentada.



12.3. FORMA DE PAGAMENTO

12.3.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da liquidação.

12.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro que vier a substituí-lo.

12.3.3. A Contratante realizará as todas as retenções tributárias a que for obrigada, inclusive retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

12.3.4. Será aplicada a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

12.3.5. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

12.3.6. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

13.1.2. O modo de disputa será aberto e fechado.

13.2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.2.1 Constitui objeto deste contrato a prestação continuada de serviços especializados de conectividade à internet dedicada, transporte de dados via fibra óptica entre os órgãos públicos municipais e fornecimento e gestão de solução de telefonia fixa IP, incluindo implantação, operação, monitoramento, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento dos equipamentos necessários à execução dos serviços, por parte da contratada, de forma contínua.

13.2.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Município, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13.2.3 Os serviços deverão ser prestados na forma prevista neste Termo de Referência.



13.3. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO

13.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais contidas no edital.

13.3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor são as usuais contidas no edital

13.3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

a) apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para execução de serviços compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto da contratação, especialmente quanto à prestação de serviços de internet dedicada, transporte de dados via fibra óptica e solução de telefonia IP corporativa;

b) comprovação de autorização ou licença válida expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para prestação dos serviços compatíveis com o objeto contratado, incluindo Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), quando aplicável;

c) comprovação de capacidade operacional e disponibilidade de equipe técnica qualificada para execução, manutenção, suporte técnico e monitoramento dos serviços contratados;

d) comprovação de capacidade técnica para operação de infraestrutura de rede em fibra óptica, gerenciamento de conectividade corporativa e prestação de serviços de telefonia IP;

e) declaração de que possui pleno conhecimento das condições necessárias para execução dos serviços e das exigências técnicas previstas neste Termo de Referência;

14. ESTIMATIVA DE PREÇO

14.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 241.299,48 (duzentos e quarenta e um mil, duzentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima;

14.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

15. DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. As alterações de que tratam o item anterior deverão atender a todos os requisitos constantes nos artigos 124 ao 136 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

15.6. As alterações dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão responsável promover as respectivas modificações que se fizerem necessárias.

15.7. As alterações dependem de pedido do Contratado, que deve ser protocolado junto ao Fiscal.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da proposta apresentada.

16.2. Após o decurso de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, e independentemente de pedido da contratada, os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados mediante aplicação do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da legislação vigente.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o decurso mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

16.7. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUBFUN.	PROGRAMA	PRO	CATEG	DESPESA	FONTE
03	0301	4	122	11	12	339040970000	2183	
06	0602	12	361	24	32	339040970000	2194	103
02	0205	15	452	9	10	339040970000	2270	
06	0602	12	361	24	32	339040970000	2708	104
04	0401	10	301	17	20	339040970000	2710	303
04	0402	10	302	18	62	339040970000	2711	303
02	0202	20	606	6	6	339040140000	2713	
02	0205	15	452	9	10	339040140000	2714	

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

03	0301	4	122	11	12	339040140000	2715	
04	0401	10	301	17	20	339040140000	2716	303
04	0402	10	302	18	62	339040140000	2717	303
06	0602	12	361	24	32	339040140000	2718	103
06	0602	12	361	24	32	339040140000	2719	104

18. APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

18.1 O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo decreto regulamentador e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada.

Salto do Lontra/PR 24 de abril de 2026.

Tarcisio da Rosa

Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná